



**XVI REUNIÃO DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
OU EQUIPARADOS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ATA

Malabo, Guiné Equatorial, 24 e 25 de outubro de 2022

Decorreu, nos dias 24 e 25 de outubro de 2022, em Malabo, na Guiné Equatorial, a XVI Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (DPDN/CPLP), onde estiveram presentes seis Estados-membros.

Angola esteve representada pela Dr.^a Leidy Creusa Cussomba, Diretora Nacional Adjunta de Política de Defesa ; o **Brasil**, pelo Tenente-general Marcus Melo Subchefe de Organismos Internacionais; **Moçambique**, pelo Coronel José Domingos Benjamim Canamala, Chefe do Departamento de Relações Multilaterais; **Portugal**, pela Brigadeiro-general Ana Baltazar, Subdiretora-geral de Política de Defesa Nacional, e **Timor-Leste**, pelo Coronel Mário Baptista "Bersama", da Direção-Geral de Política de Defesa e da Cooperação Internacional.

Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe não estiveram presentes nem representados.

Participaram, também, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda, o representante do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Dr. Miguel Levy, e as representantes do Núcleo Permanente do SPAD, Dr.^a Maria do Rosário Penedos e Dr.^a Iara Silva Campos, que secretariaram a Reunião e elaboraram a presente Ata.

A Reunião iniciou-se, como habitualmente, com a transferência da Presidência do Órgão. Contudo, e atendendo à ausência do Presidente cessante, o Diretor Nacional de Defesa de Cabo Verde, Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia, apensa-se a esta Ata o seu discurso que nos foi remetido, por via eletrónica, com este propósito (**Anexo A**).



Os trabalhos desenrolaram-se sob a Presidência do General Lucas Obama Ndong MIKUE, Diretor-Geral da Cooperação Militar (DGCM) da **Guiné Equatorial**, que no seu discurso de abertura (**Anexo B**) agradeceu a presença de todos e expressou grande satisfação e honra em presidir esta Reunião. Enalteceu, ainda, o papel fundamental que a integração na CPLP tem tido na consolidação e estabilidade de valores como a paz e a democracia na Guiné Equatorial, destacando a inclusão da língua portuguesa no sistema de ensino, a abolição da pena de morte, e a realização de eleições livres e democráticas, acompanhadas por observadores eleitorais.

De seguida, o General Lucas MIKUE deu início a esta XVI Reunião, com a aprovação da Agenda de Trabalhos previamente circulada.

1. Aprovação da Agenda de Trabalhos

O DGCM submeteu a Agenda de Trabalhos à consideração do Plenário, tendo sido aprovada por unanimidade (**Anexo C**). Não foram propostos outros tópicos para incluir em 'Outros assuntos'.

2. Desafios securitários atuais dos Estados-membros

Para abordar este ponto, o General Lucas MIKUE convidou Portugal, proponente do tema, a intervir. A Brigadeiro-general Ana Baltazar elaborou sobre alguns dos desafios securitários com impacto para os Estados-membros da CPLP, partilhando uma visão geral do ambiente securitário e prioridades de Portugal, destacando a guerra na Ucrânia, a presença portuguesa em África e a Segurança Marítima no Atlântico. Abordou, ainda, o problema do crescimento das ameaças híbridas, tecnologias disruptivas e outros desafios internos ligados à sustentabilidade das Forças Armadas e investimentos na indústria de Defesa Nacional (**Anexo D**).

Terminada a exposição, o DGCM deu a palavra aos Estados-membros para se pronunciarem.



Pela sua parte, o Brasil interveio, destacando a importância do Atlântico Sul e a sua especial relevância, em decorrência da descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos no Golfo da Guiné e em outras áreas da costa oeste da África, bem como na plataforma continental do Brasil. Frisou o caráter prioritário que o Oceano assume em termos de Defesa, como aliás toda a Região Amazônica, e outras iniciativas visando a exploração sempre sustentável dos recursos vivos e não-vivos, fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. Terminou, mencionando o valor incalculável da biodiversidade da Floresta Amazônica, um ativo de enorme interesse global, o que aumenta a responsabilidade e atenção do Brasil para com a sua proteção, referindo que, por isso, se materializam, no contexto nacional, vários projetos estratégicos das Forças Singulares (**Anexo E**).

Terminadas as exposições e não havendo mais intervenções, o General Lucas MIKUE rematou com o pensamento de que a segurança e defesa dos países é interdependente e, defendeu por isso, a necessidade de cooperação para mitigar as vulnerabilidades, e garantir um ambiente de segurança e prosperidade para todos os Estados-membros da CPLP.

3. Regimento Interno das Reuniões de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da CPLP: ratificação das alterações aprovadas e apreciação de novas propostas de redação

O General Lucas MIKUE introduziu este tópico, recordando o alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, aprovado na última Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (MDN/CPLP). Nessa Reunião, foram igualmente aprovadas alterações ao Regimento Interno da Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da CPLP. Assim, e neste âmbito, convidou o Núcleo Permanente do SPAD a apresentar a versão do Regimento com as alterações decorrentes desse alinhamento.



Nesta oportunidade, foram igualmente propostas, por este Núcleo, sugestões adicionais a esta versão do Regimento Interno, contendo alterações maioritariamente de redação e estruturação, procurando melhor refletir o atual funcionamento do Órgão. A apresentação foi apoiada numa tabela comparativa (**Anexo F**) e após profícua discussão, onde foram sugeridas outras adaptações e melhorias, foi consensualizada uma versão, que o Diretor-Geral de Cooperação Militar submeteu à aprovação de todos os Estados-membros.

A versão foi aprovada por unanimidade, pelo que se considera o novo Regimento Interno da Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados (**Anexo G**)

4. Célula CIMIC/CPLP: ponto de situação

Para abordar este assunto, a Dr.^a Maria do Rosário Penedos, coordenadora do Grupo de Trabalho para reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas (GTOP) fez um ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos sobre a Célula CIMIC/CPLP, aprovada na última reunião de Ministros da Defesa ou Equiparados da CPLP de 25 de maio de 2022. Relembrou o impulso e a tarefa que os Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados deram a este grupo de trabalho para identificarem propostas concretas de cooperação nesta área das operações de paz.

Referiu, de acordo com as recomendações recebidas na Reunião de Ministros da Defesa, o trabalho já desenvolvido para a elaboração de um Memorando de Entendimento Constitutivo desta Célula CIMIC, informando que já se encontra consolidado internamente um projeto de Portugal, que será discutido e analisado no âmbito do GTOP. Depois de consensualizado, o Memorando de Entendimento será submetido ao ciclo de decisão da Componente de Defesa, que se inicia com a reunião do SPAD em março e termina com a Reunião de Ministros da Defesa ou Equiparados em maio. Anunciou, para breve, a calendarização de uma próxima reunião do GTOP para este efeito, tendo recordado, a propósito, a necessidade de atualização



da nomeação dos delegados neste grupo de trabalho e a sua efetiva participação nas reuniões que se realizam por videoconferência (**Anexo H**).

Abordou, igualmente, os desenvolvimentos relativos à capacitação e formação em CIMIC, informando ter sido concebido pelo Instituto Universitário Militar um primeiro estágio dedicado a esta Célula CIMIC/CPLP, a decorrer já na semana de 21 a 25 de novembro, conforme nota administrativa circulada e distribuída em sala. Questionada sobre as condições, a Dr.ª Maria do Rosário Penedos, assegurou estar contemplada a alimentação e o alojamento em quartos duplos, cabendo aos participantes a responsabilidade do transporte aéreo. A propósito, salientou a importância de ser considerado o equilíbrio de género na nomeação destes militares.

Neste ponto, a Subdiretora-geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, Brigadeiro-general Ana Baltazar sublinhou a relevância do papel das mulheres nesta área da cooperação civil-militar, reiterando a oportunidade de se nomearem mulheres também para este estágio, embora reconhecendo as limitações de rácio do efetivo das Forças Armadas dos Estados-membros. Sobre a nota administrativa, clarificou o perfil dos militares para a frequência deste estágio, tendo retificado que é dirigido para Oficiais de posto capitão/major (**Anexo I**).

Os Estados-membros reagiram com agrado, manifestando intenção de participar neste estágio, tendo sido convidados a indicar ao Núcleo Permanente, até à data-limite de 4 de novembro, os militares nomeados.

5. Oferta de capacitação académica

Para abordar este ponto, interveio o Brasil, proponente do mesmo.

Foi aqui avançada a possibilidade de criação de um Curso Avançado de Defesa para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAD-CPLP). Seria um curso permanentemente acolhido pela Escola Superior de Guerra do Brasil e tratar-se-ia de um curso de extensão, nos moldes do antigo Curso Avançado de Defesa para os países da América do Sul (CAD-Sul), com a duração de quatro ou cinco semanas, sendo uma na modalidade de ensino à distância e as



demais em modo presencial (sendo que a fase presencial incluiria uma viagem de estudo, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo).

O Brasil propôs-se ainda a oferecer outros cursos, destinados a militares (Coronel ou posto superior), como o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), o Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética (CSSDC), Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), Curso de Coordenação e Planejamento Interagências (CCOPI), entre outros (**Anexo J**).

As potenciais ofertas foram recebidas com grande expectativa pelos presentes, tendo o Brasil adiantado que irá divulgar oficialmente, e por intermédio do Núcleo Permanente do SPAD, mais informações sobre os referidos cursos. Mais comunicou que circulará, igualmente por intermédio do Núcleo Permanente, uma nota oficial, convidando os Estados-membros a pronunciar-se sobre o seu interesse na proposta avançada relativa à criação do CAD-CPLP.

6. Proposta de criação de fórum para cooperação em geointeligência

Neste ponto, proposto pelo Brasil, este Estado-membro propôs a criação de fórum para cooperação em geointeligência, sistemática que abranja a reunião, integração, avaliação, análise e a interpretação de dados georeferenciados tendo em vista apoiar o processo decisório do poder político (**Anexo K**). Revestiria os moldes de um fórum da Componente de Defesa da CPLP, onde os Estados-membros se reuniriam para a partilha de informações e coordenação de esforços, nesse âmbito, reforçando a cooperação já desenvolvida em áreas paralelas.

O Plenário tomou boa nota da iniciativa, levará esta proposta ao conhecimento das respectivas instâncias competentes, para que, idealmente na próxima reunião de SPAD (março), se encontrem habilitados a pronunciar-se sobre a sua pertinência.



7. Apoio na estruturação de projetos estratégicos e nos processos de certificação das Indústrias de Defesa

Neste tópico, o Brasil tomou a palavra para apresentar uma oferta de apoio na estruturação de projetos estratégicos, ajustados à realidade dos Estados-membros da CPLP, com possibilidade de missões técnicas à Base Industrial de Defesa brasileira e outros espaços institucionais das Forças Armadas. Confirmou, igualmente, disponibilidade para apoiar os processos de certificação da Indústria de Defesa dos Estados-membros da CPLP, através do recurso a laboratórios públicos e privados. O apoio oferecido seria de foro legislativo, de agilização dos procedimentos burocráticos e não relativo à aquisição de equipamentos, que obedece a trâmites diferentes.

Terminada a exposição, Portugal equacionou a possibilidade da investigação e desenvolvimento de produtos de defesa de uso comum e que pudessem ser desenvolvidos, igualmente em comum, pelos Estados-membros, criando um *produto CPLP*, a título de exemplo, um mini UAV (um mini *drone*), que envolveria inclusive instituições como as academias ou institutos universitários, fomentando a formação e a capacitação.

O Plenário manifestou entusiasmo, e todos concordaram que seria uma iniciativa que fortaleceria a Componente de Defesa, contribuindo para que os seus Estados-membros possam, cada vez mais, *pensar a defesa* em conjunto.

8. Proposta de adoção de um relatório anual de atividades da Componente de Defesa

Neste ponto, e em representação do Coordenador do Núcleo Permanente do SPAD, a Brigadeiro-general Ana Baltazar, colocou à consideração deste órgão, a elaboração de um relatório anual de atividades que reflita o trabalho que é desempenhado pela Componente de Defesa durante o ciclo anual de decisão (**Anexo L**).

Este relatório teria uma estrutura que contemplaria as reuniões, as deliberações tomadas, outras atividades realizadas, calendarizações futuras das atividades da Componente, para



além de um capítulo que seria dedicado a um 'Quem é Quem' durante o ciclo de decisão em causa. O relatório começaria com uma Mensagem da Presidência da Componente, um 'sumário' onde o respetivo Ministro da Defesa poderia destacar os principais entregáveis, iniciativas e desafios durante esse ciclo.

Convidados a intervir, os presentes reconheceram a utilidade deste instrumento para a organização e bom funcionamento da Componente de Defesa, bem como a importância e a necessidade de manter um registo atualizado de toda a sua atuação, publicitando-a, o que, simultaneamente, fomentaria a visibilidade e dinamização desta Componente e da própria CPLP.

A proposta foi muito bem acolhida, tendo o Núcleo Permanente do SPAD sido mandatado para edificar uma proposta de estrutura deste relatório que será apresentada em sede da próxima Reunião de SPAD, em março, para ser submetida ao processo de decisão nos diversos Órgãos da Componente.

9. Colégio de Defesa: balanço da 3.^a edição e informação sobre as próximas edições (Moçambique 2023 e Brasil 2024)

Neste ponto, o General Lucas MIKUE reiterou a importância destas iniciativas formativas para a dinamização da Componente de Defesa, e para a sua capacitação. Congratulou a 3.^a edição, organizada pelo Instituto Universitário Militar de Portugal, que decorreu *online* entre 19 e 23 de setembro passado, foi dedicada ao tema da "Geopolítica de África: O papel da CPLP na Segurança Regional", e contou com 272 auditores oriundos de todos os Estados-membros da CPLP (o que comprova o sucesso desta edição e confirma, também, a viabilidade de formação à distância).

Recordando que as próximas edições do Colégio de Defesa serão asseguradas por Moçambique, em 2023 e pelo Brasil, em 2024, convidou os respetivos representantes destes Estados-membros a partilhar mais informações sobre estas edições.



Moçambique comunicou que a 4.^a edição contemplará o “Curso de Defesa e Segurança: Papel da CPLP no Combate e Gestão do Terrorismo nos Estados-membros”, decorrerá no período de 19 a 23 de junho de 2023, no Instituto Superior de Estudos de Defesa “Tenente-General Armando Emílio Guebuza” (ISEDEF). Será destinado a 30 elementos, militares e civis, do setor da Defesa dos Estados-membros, sendo 12 vagas destinadas a Moçambique, 2 ao Centro de Análise Estratégica da CPLP e 2 por cada Estado-membro. O alojamento e a alimentação serão garantidos por Moçambique, devendo os participantes assegurar o seu transporte até Maputo. Moçambique comprometeu-se a enviar, oficialmente ao Núcleo Permanente do SPAD, a proposta de coordenação contendo todas estas informações, para que seja divulgada. Pela sua parte, o Brasil anunciou que a 5.^a edição, em 2024, será dedicada ao tema “Coordenação Civil-Militar”, decorrerá na cidade de Brasília, e serão atribuídas 2 vagas por cada Estado-membro, com alojamento e alimentação incluídos. Mais informações serão comunicadas durante o próximo ano.

10. Balanço das atividades realizadas e Informação sobre as próximas:

- **2.^a Reunião de DSIM/CPLP (vtc, 12 e 13 outubro)**
- **VII Conferência das Marinhas (Lisboa, 7-9 novembro)**

Neste ponto, Portugal foi convidado a intervir, para dar nota das atividades acolhidas por esse Estado-membro. A Brigadeiro-general começou por mencionar a 2.^a Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares da CPLP, realizada no passado dia 13 de outubro, em formato de videoconferência, organizada por Portugal, onde foram abordados temas como a segurança regional dos diferentes Estados-membros, tendo sido ainda referidas as ameaças atuais e emergentes, e com possível impacto no espaço da CPLP. Afirmou ter sido dado especial destaque à proposta de Portugal, relativa a um Plano Integrado de Formação em Informações Militares para a CPLP, que tem como objetivo apoiar os Órgãos de Informações Militares dos respetivos Estados-membros.



A propósito da VII Conferência das Marinhas da CPLP, evento que Portugal acolherá, de 7 a 9 de novembro deste ano, informou que será dedicada ao tema da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, que caracterizou como a principal ameaça à segurança marítima global que coloca em causa a soberania dos países da CPLP e a sua segurança económica. Recordou o convite enviado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada português, o Senhor Almirante Gouveia e Melo, aos seus homólogos, reiterando o mesmo e incentivando à participação de todos, atendendo à relevância e atualidade do problema.

11. Calendarização da XVIII Reunião de DPDN da CPLP e decisão sobre a designação da Reunião

Neste ponto, não se registaram propostas de acolhimento para XVIII Reunião, pelo que todos os Estados-membros se comprometeram a diligenciar internamente para comunicar, até à 36.ª Reunião do SPAD, em março de 2023, eventual disponibilidade para acolher esta Reunião. Foi decidido manter-se a designação de Reunião de DPDN/CPLP para ambas as reuniões ordinárias.

12. Outros assuntos

Neste ponto, o Brasil deu a conhecer o tema que o seu Núcleo Nacional irá propor para o Seminário Internacional Político-Estratégico do Centro de Análise Estratégica (CAE) em 2023, e que será dedicado ao problema das migrações massivas nos Estados-membros da CPLP, reconhecido o impacto que tem nalguns desses países.

O Diretor do CAE, Coronel Armindo Sá Miranda, interveio nesta oportunidade para agradecer a regularização das quotas pela Guiné Equatorial e para dar nota do esforço progressivo do CAE para envolver a Guiné Equatorial, e a Guiné-Bissau em iniciativas desse Centro, tendo em consideração a próxima rotação da sua Direção. Anunciou, também, o convite para participação do Coordenador do Núcleo Nacional da Guiné Equatorial e de mais um elemento



do Núcleo Nacional na Reunião do Conselho Consultivo do CAE, em 9 e 10 fevereiro próximo, e a disponibilidade de receber elementos desses países em ações de formação de curta-duração tendo em vista a sua progressiva capacitação. Nesse sentido, o CAE disponibilizou-se a ceder à Guiné Equatorial as duas vagas que lhe foram atribuídas para participação na 4.^a edição do Colégio de Defesa da CPLP, podendo assim este Estado-membro beneficiar de 4 vagas para esse curso. Esta proposta será formalizada por escrito pelo Diretor do CAE. Terminou, reconhecendo o esforço que a Guiné Equatorial tem desenvolvido e imprimido nas atividades do CAE, consubstanciado também pelo pagamento das contribuições financeiras em atraso, e que permitem ao CAE desenvolver e cumprir o seu plano de atividades **(Anexo M)**.

O Dr. Miguel Levy, representante do SECPLP, usou da palavra para dar nota da oportunidade e da pertinência da deliberação relativa ao alinhamento da presidência da Componente de Defesa da CPLP com a presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, porquanto contribui para consolidar o papel da presidência rotativa da Organização e para uma melhor visibilidade do trabalho desenvolvido. Fez um ponto de situação relativo ao Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP, já ratificado por todas as partes, processo que decorreu com assinalável celeridade. Referiu que, conforme decorre da deliberação do Conselho de Ministros da CPLP sobre a matéria, encontra-se em preparação, no âmbito da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, um documento estratégico sobre a resposta a emergências, para o qual o Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para cooperação mútua em situações de catástrofe, aprovado em 1 de junho de 2021, na XX Reunião de Ministros da Defesa, constituiu um valioso contributo. Recordou que, no seguimento das deliberações da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que fixou a Cooperação Económica como uma das prioridades da presidência rotativa de Angola, realizou-se a primeira Reunião tripartida de Ministros do Comércio, da Economia e das Finanças, que aprovou a Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Económica 2022-2027, e foi instituído o Fórum das Agências de Comércio Externo e de Investimento. Por último deu nota do calendário eleitoral dos Estados-membros e da realização de Missões de

Handwritten signatures in blue ink.



observação às eleições de Timor-Leste, de Angola, de São Tomé e Príncipe, bem como da preparação em curso da missão de Observação às eleições Presidenciais, para a Câmara dos Deputados, Senado e Municipais, que terão lugar na Guiné Equatorial, a 20 de novembro próximo.

Concluída a discussão dos pontos da agenda, o Diretor-Geral da Cooperação Militar da Guiné Equatorial e Presidente do Órgão deu por encerrada a XVI Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente Ata.

Malabo, Guiné Equatorial, a vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois.

Pelo Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria-
da República de Angola

Dr.^a Leidy Creusa Cussomba

Pelo Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa
da República Federativa do Brasil

Tenente-general Marcus Fontoura de Melo



O Diretor-Geral da Cooperação Militar do Ministério da Defesa
da República da Guiné Equatorial

General Lucas Ndong MIKUE

Pelo Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa
da República de Moçambique

Coronel José Canamala

Pelo Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa
da República Portuguesa

Brigadeiro-general Ana Baltazar



Pelo Diretor-Geral de Política de Defesa e da Cooperação Internacional
da República Democrática de Timor-Leste

Coronel Mário Baptista "Bersama"



ANEXOS

- A.** Intervenção do Diretor Nacional de Defesa de Cabo Verde
- B.** Intervenção de abertura do Diretor-geral de Cooperação Militar da Guiné Equatorial
- C.** Agenda e delegações
- D.** Intervenção sobre desafios securitários (Portugal)
- E.** Intervenção sobre desafios securitários (Brasil)
- F.** Tabela comparativa das versões do Regimento Interno da Reunião de DPDN/CPLP
- G.** Novo Regimento Interno da Reunião de DPDN/CPLP
- H.** Ponto de situação Célula CIMIC/CPLP
- I.** Nota administrativa
- J.** Oferta de capacitação académica (Brasil)
- K.** Proposta de criação de fórum para cooperação em geointeligência (Brasil)
- L.** Proposta de adoção de um relatório anual de atividades – CODEF
- M.** Intervenção do CAE